

ECOSSOCIALISMO NO INTERIOR DO DEBATE DE RAÇA E GÊNERO

Palavras-Chave: ECOSSOCIALISMO, CAPITALISMO-RACISMO-PATRIARCADO, MEIO AMBIENTE

Autores/as:

Danielly Karoline Sá Alencar Nascimento, IFCH - UNICAMP.

Prof. Dr. Jesus Jose Ranieri, IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O tema desta iniciação científica consiste na tentativa de ampliar a teoria ecossocialista, através do campo teórico ecofeminista e decolonial. O objetivo, por fim, é defender um reconhecimento ecológico marxista que atenda as vivências, as resistências e as trajetórias históricas de povos marginalizados, com a finalidade de traduzir uma resposta ecológica mais atual, viva e aparente. Possibilitando, enfim, que a proteção da natureza esteja não só no entorno, mas também no cotidiano.

Para tanto, a primeira parte da seção de discussão, contará com a reflexão do metabolismo para que seja desmistificada a realidade dual entre humanidade/natureza, mostrando, desse modo, que o metabolismo é um fenômeno social, histórico e contextual. Após detalhar o impacto negativo do capitalismo na consciência e a vivência dos sujeitos à respeito da natureza, o ecofeminismo ganhará espaço através da crítica ao antropocentrismo, reiterando que o estudo ambiental, para ser completo, precisa

considerar que a dominação da natureza se nutre e é nutrida pela dominação do homem, enquanto gênero, sobre as demais expressões de vida. Mobilizando o conceito de interseccionalidade como ponto de partida, o estudo decolonial personificará ainda mais a crise ambiental ao identificar que a exploração da natureza se dá junto da racialização dos corpos. Sendo assim, o trabalho teve o objetivo de diversificar o estudo ambiental, assumindo que a interação com a natureza, embora seja obrigatória para a humanidade, é atravessada por opressões e desigualdades específicas.

METODOLOGIA:

A pesquisa é exploratória, com natureza qualitativa, porque aprofunda a reflexão ecossocialista através da epistemologia feminista e decolonial. Por meio da releitura de diferentes autores, pretendeu-se associar a exploração da natureza à opressão dos corpos, tendo, a todo momento, o conceito de metabolismo como base reflexiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Antes de tudo, é preciso evidenciar que o metabolismo, questão fundamental na pesquisa, significa um processo histórico e dinâmico, mediado pelo trabalho, que define a relação entre o ser humano e a natureza. Nesse sentido, tal relação se dá numa lógica de retirada e devolução, considerando que para produzir trabalho e, como efeito, a vida, o ser humano retira os meios de produção da natureza e, após criar materiais para a subsistência, devolve ao meio natural os resíduos de sua produção. O conceito de metabolismo marxiano, vale dizer, é percebido por Saito (2021) no livro *Grundrisse* (2020) e nos livros II e III de *O Capital* (2018 e 2019). Argumentando que o social está inscrito na natureza e, ao mesmo tempo, como a natureza está inscrita no social, Saito (2021), mostra que tal interação é condicionada pelo estágio histórico do desenvolvimento do trabalho, uma vez que, no caso capitalista, o vínculo humano/natureza é organizado de modo quantitativo.

O capitalismo é um sistema que impõe uma relação arbitrária e contraditória com a natureza, já que, à medida que rompe com as condições objetivas do metabolismo, a insustentabilidade traduz-se em um meio de se reproduzir o capital. Nesse cenário, a dissolução da relação humano-natureza faz com que o ser não consiga produzir, pois dele é tomado o corpo inorgânico. Conseqüentemente, sua liberdade universal, ou seja, a humanização da natureza e a concomitante naturalização humana é fragilizada e, assim, a objetificação do trabalho é reduzida à pura satisfação das necessidades de existência.

A crise ambiental, nesse contexto, é a impossibilidade do capital de dominar a natureza de forma absoluta, de modo a submeter o metabolismo ao estado de desequilíbrio (Saito, 2021). Contudo, essa impossibilidade de controlar da natureza, não impede a expansão do capital, uma vez que o sistema possui uma potência elástica a qual se pauta na exploração de todas as qualidades humanas e naturais e, por isso, o modo de produção capitalista estabelece e intensifica um metabolismo arbitrário e contraditório. Em outros termos, a interação metabólica, embora seja invisibilizada pelo projeto material e ideal humano/natureza, não é encerrada, mas sim alterada pelo capital, porque o trabalho capitalizado e capitalizante precisa da natureza para se realizar.

Sendo assim, a condição fundamental para que haja vida no planeta é a interação com a natureza, posto que desde os fenômenos orgânicos, tal como o ciclo hidrológico, até a organização do dia orientada pela posição do sol, por exemplo, estão sujeitos, sem dúvida, ao funcionamento da natureza. Entretanto, no capitalismo, a natureza e os seres humanos são submetidos à lógica de máxima extração, bastando ver que a interação material e simbólica humano-natureza é reduzida à produção/reprodução e à acumulação/expansão do capital. Ainda que, como já dito, o capitalismo necessite tanto da natureza quanto da força de trabalho para funcionar.

Assim como Saito (2021) compreendeu o metabolismo na qualidade de um processo histórico que é ao mesmo tempo inato e mutável,

o ecofeminismo olha a crise ambiental para além do antropocentrismo. Reiterando a interdependência entre os diferentes seres no funcionamento biológico e histórico do planeta, a teoria ecofeminista usurpa a fronteira entre o humano e o natural, demonstrando que essa dualidade consiste em um projeto simbólico e material voltado à proteção de uma hierarquia de espécies particulares. Em vista disso, o livro *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais* (2019) identifica a relação mutualística pautada na centralização do homem enquanto gênero e, assim, se fixou como obra essencial da discussão ecológica-feminista

A exploração das mulheres e da natureza se conectam, porque as duas espécies são recursos para a manutenção do capitalismo, bastado ver que de um lado, a mulher gera força de trabalho e garante a educação e o cuidado do trabalhador, por outro, a natureza proporciona matéria-prima para a realização do trabalho (Carvalho, Kuhnen, Oliveira e Rosendo, 2019). Nesse ponto de vista, os dualismos homem/mulher e humano/natureza foram incorporados no sistema de produção capitalista, porque através deles se estabeleceu a hierarquia e o controle dos recursos para o trabalho. Funcionando como instrumentos para a realização do capital, a mulher e a natureza são exploradas e apropriadas porque ocupam a posição de inferioridade.

O curioso aqui é que, embora o capitalismo impeça a humanização da natureza e a naturalização do humano, isto é, a realização de um metabolismo positivo, a mulher é animalizada pelo discurso patriarcal, tendo em vista sua capacidade de produzir vida, a qual é paralela à natureza. O homem, dito isso, é posto como a espécie dominante do planeta, garantindo que a mulher e a natureza proporcionem recursos necessários para a continuidade não da vida em si, mas sim do capital.

Sendo assim, a justiça ambiental surge como proposta de intervenção contra esse mundo contraditório e exploratório tanto no ecofeminismo quanto no movimento negro. Isso porque deve considerar todas as formas de opressão, já que, desde a origem do termo, pretende combater não só a crise ambiental, mas também refletir a respeito dos desdobramentos dela em diferentes populações (Pulido, 2006).

Como sugere as pesquisas realizadas por Agyeman (2002), em países mais equalitários, isto é, onde há menor desigualdade de distribuição de renda, os efeitos ambientais impactam as pessoas em menor proporção. Além disso, o artigo *Explorando a Conexão: Unindo Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Equidade*¹ (2002) aponta que os indivíduos mais ricos estão geograficamente mais distantes dos efeitos da crise climática, apesar de serem os maiores poluidores, quando se comparada as regiões periféricas. Ademais, no caso brasileiro,

¹ Traduzido do original: “Exploring the Nexus: Bringing Together Sustainability, Environmental Justice, and Equity”

Herculano (2006) mostra que os resultados da crise climática têm seu maior foco em populações marginalizadas, como ribeirinhos, quilombolas e pretos e, isso seria a tradução do racismo ambiental. Posto isso, a crise climática é um assunto que deve ser tratado por diferentes óticas epistemológicas, já que a interdependência com a natureza determina um universo ambiental sensível também a fenômenos sociais.

A hipótese, é, portanto, que o metabolismo permanece contraditório no capitalismo, não só graças à exploração exacerbada dos recursos naturais, mas também devido à dominação dos povos. Em síntese, não é possível enfraquecer o metabolismo invertido, projetado pelo capital, se as pessoas, à princípio, são impossibilitadas de existir ou de se expressar nessa humanidade desigual.

CONCLUSÕES:

O patriarcado e o racismo, então, funcionam como ora potencializadores ora legitimadores do projeto ambiental capitalista que, por sua vez, significa, simultaneamente, a crise ambiental e o metabolismo contraditório. Por meio do eixo feminista e decolonial, é possível, afinal, inserir a ecologia no cotidiano, pois nota-se que os corpos marginalizados são expressões de resistência social e ambiental, bastando ver que sua existência e sobrevivência significam em si um rompimento com a lógica capitalista.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, P.; KUHNEN, T.; OLIVEIRA, F.; & ROSENDO, D. (Org.). *Ecofeminismos:*

fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

MARX, Karl. *Grundrisse: Fundamentos da Crítica da Economia Política.* Tradução de Márcio L. N. Pochmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2020.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política.* Livro II: O Processo de Circulação do Capital. Tradução de Ricardo A. A. B. de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política.* Livro III: O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Márcio L. N. Pochmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SAITO, Kohei. *O Ecosocialismo de Karl Marx.* São Paulo: Boitempo, 2021.

Pulido, Laura. "Environmental Racism."

PULIDO, Laura. Environmental Racism. In: RICHARDSON, Douglas et al. (Eds.). *International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment, and Technology.* John Wiley & Sons, Ltd, 2017. p. 1-13.

Agyeman, Julian, Robert D. Bullard, & Bob Evans. "Exploring the Nexus: Bringing Together Sustainability, Environmental Justice, and Equity."

AGYEMAN, Julian; BULLARD, Robert D.; EVANS, Bob. *Exploring the Nexus: Bringing Together Sustainability, Environmental Justice, and Equity.* *Space and Polity*, v. 6, n. 1, p. 77-90, 2002.

Herculano, Selene. "O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental."

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2024.